

Cardoso rejeita pedido de Sarney

Xangai, China (Da enviada especial) — O presidente Fernando Henrique Cardoso não pretende mandar o Banco Central investigar possíveis desvios dos recursos do Banco Econômico nas eleições de 1990, como defendeu sexta-feira o presidente do Congresso, senador José Sarney. Ontem, em Xangai, Cardoso insistiu na necessidade de somente apurar os responsáveis pelo vazamento das informações contidas na pasta rosa e deu um prazo de 10 dias para o Banco Central concluir a sindicância. Segundo o Presidente, o recebimento de recursos de instituições financeiras era uma prática mais do que normal em 1990. “Era na realidade tradicional”, afirmou Cardoso. Na sua opinião, o que tem que ser apurado não é quem recebeu quanto, de que banco mas, sim, quem vazou as informações contidas em um documento sigiloso do Banco Central.

“O problema que o Governo tem que levar adiante é o vazamento de informações no Banco Central. Estas informações só deveriam ser passadas para quem fosse tomar uma atitude, ou deixar de lado, ou entrar com uma representação na Procuradoria Geral da República”, disse o Presidente. Os segredos da pasta cor-de-rosa deveriam estar em segurança na Comissão de Sindicância do Banco Central. Para o Presidente, o fato de a imprensa ter tomado conhecimento do caso não é importante. “O que importa é como estes fatos foram revelados”. Fernando Henrique afirmou que isto é um problema do Estado, porque o funcionalismo público tem que ser seguro. “Quem tinha a guarda deste material me deve uma explicação e o caso se encerra nisto”.

Para demonstrar que as doa-

ções às campanhas sempre foram normais, Cardoso não se furtou até mesmo de se envolver no caso da pasta rosa. “Inclusive eu vi em uma das revistas que o Banco Econômico parece ter contribuído para minha campanha. O que mostra precisamente que todos contribuíram para várias campanhas e que a ação do Governo não se ponteou por isso. O Governo atuou independentemente disto com muita tranquilidade”, afirmou o Presidente.

Argumentos — A falta de uma penalidade para este tipo de crime — doações ilegais para campanhas eleitorais — é um dos argumentos do Presidente para que se deixe de lado a pasta cor-de-rosa. “Isto é coisa do passado. Não tem nada a ver com o meu Governo e não tem nada a ver com o comportamento

das pessoas implicadas”. Para Fernando Henrique, a legislação atual já corrige os erros da lei eleitoral em vigor em 1990, data dos documentos contidos na pasta rosa. O Presidente acredita que no caso político, até mesmo o dono do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, não será responsabilizado, mas há ainda, pesando contra ele, a fraude fiscal.

O Presidente defendeu ainda que já passou o tempo de se enviar as investigações para a Procuradoria Geral da República. “A oportunidade já passou, prejudicada pelo vazamento. De qualquer forma o procurador-geral Geraldo Brindeiro e o ministro Pertence (presidente do Supremo Tribunal Federal) já disseram com clareza, que do ponto de vista de apuração da responsabilidade legal, não há nada que se possa fazer”.